

**PORTARIA CONJUNTA AGE, PGE, SEPLAD E PRODEPA Nº 01/2022, DE 26 DE AGOSTO  
DE 2022  
DOE Nº 35.094, DE 29 DE AGOSTO DE 2022**

O AUDITOR-GERAL DO ESTADO, o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, o SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO e o PRESIDENTE DA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, que a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – prevê no parágrafo único do art. 1º, que as disposições da LGPD são normas gerais, “... de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

CONSIDERANDO, a competência da Auditoria-Geral do Estado prevista na Lei Estadual nº 6.176/1998, alterada pela Lei Estadual nº 6.832/2006 e no Decreto nº 2.536, de 03 de novembro de 2006;

CONSIDERANDO, que para fins de regulamentação da Lei Federal nº 13.709/2018, a Auditoria-Geral iniciou estudos com vistas a produzir uma minuta que possa servir de base para futuro decreto regulamentador no âmbito do Estado do Pará;

CONSIDERANDO, que a iniciativa da Auditoria-Geral do Estado deve ser complementada com a participação de outros órgãos estaduais, tendo em vista os temas envolvidos;

CONSIDERANDO, que a discussão sobre a regulamentação exige conhecimentos específicos, posto que envolve múltiplas temáticas;

CONSIDERANDO, que todos os órgãos inicialmente contactados concordaram em participar do debate sobre a matéria; e

CONSIDERANDO, os servidores indicados nos PAEs 2022/974041, 2022/1056390 e 2022/1056777,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Constituir Grupo de Trabalho, coordenado pelo representante da Auditoria-Geral do Estado, para estudo e proposição de regulamentação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2019, Lei Geral de Proteção de Dados, no âmbito do Poder Executivo estadual, compreendidas as administrações direta e indireta, a ser composto pelos seguintes servidores:

I - EDUARDO RANGEL BLOIS ALVES, Assessor Superior II – AGE

II - RAFAEL FELGUEIRAS ROLO, Procurador do Estado – PGE

III - LUIZA TUMA DA PONTE SILVA, Analista de Procuradoria – SEPLAD

IV - FRANCISCO ANTONINO CHAVES, Encarregado de Dados Pessoais - PRODEPA

Art. 2º. O Grupo de Trabalho terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar a proposta de regulamentação, prazo que poderá ser prorrogado, por igual período, caso necessário.

Art. 3º. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO**  
Auditor-Geral do Estado

**RICARDO NASSER SEFER**

Procurador-Geral do Estado

**IVALDO RENALDO DE PAULA LEDO**

Secretário de Estado de Planejamento e Administração

**MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO DA COSTA**

Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado